



RELATÓRIO ANUAL | 2010



RELATÓRIO ANUAL | 2010



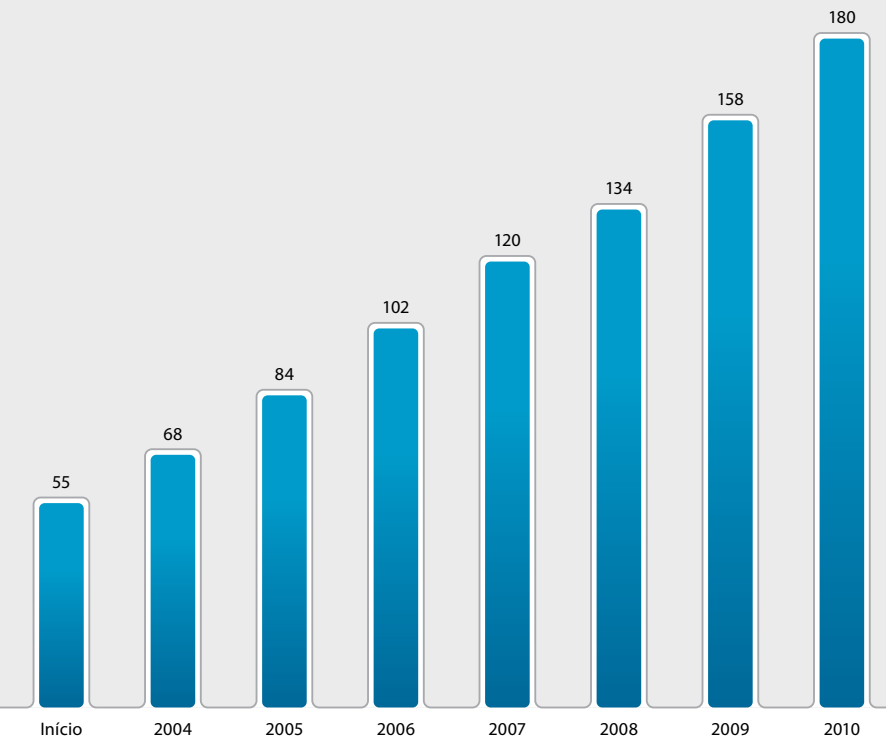
Neste informativo anual são apresentados a posição dos Investimentos, as Demonstrações Contábeis da entidade (Balanço Patrimonial, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas), o Parecer Atuarial e a Política de Investimentos, que representam a necessária prestação de contas dos administradores da entidade.

PORTOPREV - PORTO SEGURO PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Alameda Ribeiro da Silva, 275, Térreo · SP · CEP 01217-011
portoprev@portoseguro.com.br

04	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
06	ALTERAÇÕES NO ESTATUTO E NO REGULAMENTO
10	INFORME RESUMO DOS INVESTIMENTOS
16	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS NA GESTÃO DO PLANO E DOS INVESTIMENTOS
20	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
34	PARECER ATUARIAL
56	PARECER DO CONSELHO FISCAL
60	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
64	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011
75	ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO
(em R\$ milhões)



No ano de 2010 a Portoprev recebeu mais três patrocinadoras: a Porto Seguro Consórcios, a Porto Seguro Atendimento e a Itaú Seguros de Auto e Residência. Para dar as boas-vindas e apresentar o Plano foram realizadas palestras para os funcionários, logo após a aprovação do convênio de adesão das empresas.

Em outubro, a PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), aprovou as alterações

propostas pela Portoprev ao plano de benefícios, que estão destacadas em capítulo específico logo a seguir. Novamente, para garantir o entendimento das mudanças propostas, foram realizadas diversas palestras para os participantes de todo o Brasil.

Também foi um ano marcado pelo aperfeiçoamento de processos e controles da entidade. A final de contas, a Portoprev é uma EFPC (Entidade Fechada

de Previdência Complementar), constituída sem fins lucrativos e cuja atuação está limitada aos funcionários das empresas que se tornam patrocinadoras do Plano de benefícios. O que significa que a Portoprev administra de forma independente o patrimônio constituído pelas contribuições de participantes e de patrocinadoras e precisa observar regras e princípios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez capazes de garantir transparência no processo de análise,

decisão e acompanhamento dos investimentos dos recursos que garantirão os benefícios do Plano.

É por essa razão que o foco de ação da Diretoria Executiva foi o aprimoramento de relatórios que permitiram um melhor acompanhamento dos resultados da gestão dos investimentos do patrimônio, que atingiu o total de R\$ 180 milhões em 2010.

alterações no

Estatuto e no
Regulamento

O Estatuto e o Regulamento do Plano são documentos que regulam o funcionamento da entidade.

Em 2010 o Estatuto, que estabelece as regras básicas de organização da Portoprev, teve alterações aprovadas pela PREVIC em 6 de janeiro, conforme Portaria D.O.U. nº 3.264, Processo MPAS nº 44000.02319/93, Comando 336011446/337445615.

As alterações do Estatuto aprovadas estão relacionadas aos artigos que abordam a periodicidade com que os órgãos de administração da entidade – Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal – devem se reunir para deliberar sobre os assuntos relacionados às suas respectivas áreas de competência.

Em 30 de setembro de 2010 foram aprovadas pelo órgão regulador as alterações regulamentares conforme Portaria nº 771 DOU – Seção 1 – Edição Extra, Ofício nº 3164/CGAT/DITEC/PREVIC.

O Regulamento, que é o documento que disciplina o funcionamento do Plano, esclarecendo as condições de concessão e manutenção dos benefícios e os direitos e deveres dos participantes e das patrocinadoras, teve as seguintes alterações:

- Inclusão de prêmios de vendas na base de cálculo do salário de participação;
- A contribuição voluntária mensal, realizada pelo participante sem a correspondente contrapartida da empresa, passa a ser calculada com base em percentual do salário;
- Foi incluída a possibilidade de suspensão das contribuições de participante que tiver perda total ou parcial de remuneração em razão de licença ou hipótese assemelhada, sem prejuízo da manutenção da sua inscrição;
- Cessam as contribuições de patrocinadora para participantes que completam a idade de 63 anos;
- Novas carteiras de investimentos podem ser im-

plantadas e as regras de escolha do perfil de investimentos serão determinadas pelo Conselho Deliberativo;

- Na adesão de nova empresa patrocinadora, os funcionários transferidos de outra empresa poderão solicitar contribuições retroativas correspondentes ao período de trabalho na nova empresa patrocinadora, não integrando períodos anteriores de outras empresas patrocinadoras;
- O participante autopatrocinado ou em BPD passam a contar com a possibilidade de portar 100% das suas contribuições e das contribuições da patrocinadora para outra entidade aberta ou fechada, desde que tenha vínculo com o Plano Portoprev de três anos ou mais;
- Restituído ao participante inscrito até 15/11/2005 e que não completou 60 anos de idade, o direito a receber 100% das suas contribuições à vista e reverter 80% do saldo das contribuições da patrocinadora para renda de aposentadoria a partir dos

55 anos, desde que no momento do desligamento conte com mais de 10 anos de empresa e com 50 pontos na soma de idade e tempo de empresa;

- Foram atualizados os fatores atuariais para o benefício da renda vitalícia e alteradas as regras de pagamento do benefício que passa a ser corrigido no mês de janeiro pelo INPC/IBGE;
- Foi alterado de 0,8% para 0,4% o limite do percentual aplicado ao saldo em cotas para o cálculo do benefício de aposentadoria dos assistidos que optaram pela renda temporária e variável;
- Foi incluída a possibilidade do participante, no momento do requerimento da aposentadoria, receber até 25% do total do saldo do FGB à vista e receber o saldo remanescente em renda por prazo certo ou temporária e variável;
- Foi adequado o envio de extrato aos participantes do Plano, que passa a ter periodicidade semestral.

DICIONÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

PREVIC {*Superintendência Nacional de Previdência Complementar*}: é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social que atua na fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

Patrocinadora: pessoa jurídica que, mediante celebração de Convênio de Adesão devidamente homologado pela autoridade competente, promova a integração de seus funcionários e dirigentes ao Plano Portoprev.

Participante: funcionário ou dirigente de Patrocinadora que faça sua inscrição ao Plano.

Participante Autopatrocinado: é aquele que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e mantém o valor da sua contribuição e da correspondente paga pela patrocinadora.

Participante BPD {*Benefício Proporcional Diferido*}: é aquele que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e que, por contar com

três anos ou mais de vínculo ao Plano Portoprev, pode optar por cessar sua contribuição e aguardar as condições exigidas para recebimento de benefício.

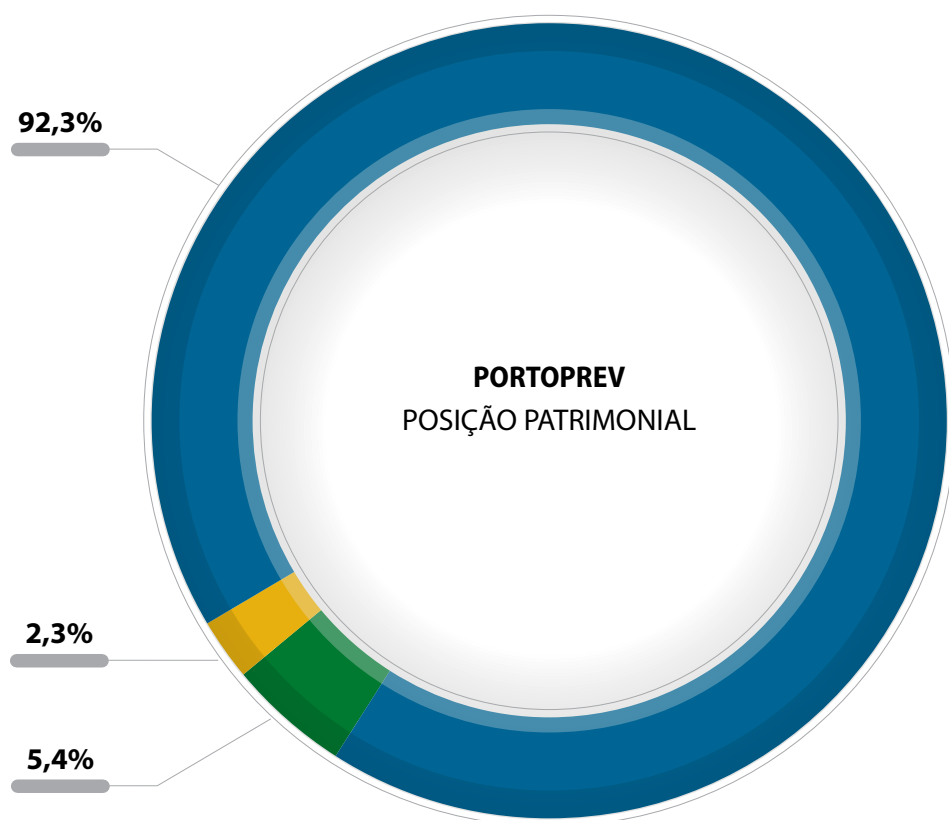
Assistido: participante em gozo de benefício previsto no Regulamento do Plano.

FGB {*Fundo Gerador de Benefício*}: é o saldo de cada participante, constituído por suas contribuições pessoais e pelas contribuições da patrocinadora.

informe
Resumo dos
Investimentos

No ano de 2010 a Portoprev manteve-se em uma posição conservadora de investimentos com predominância de aplicações em renda fixa.

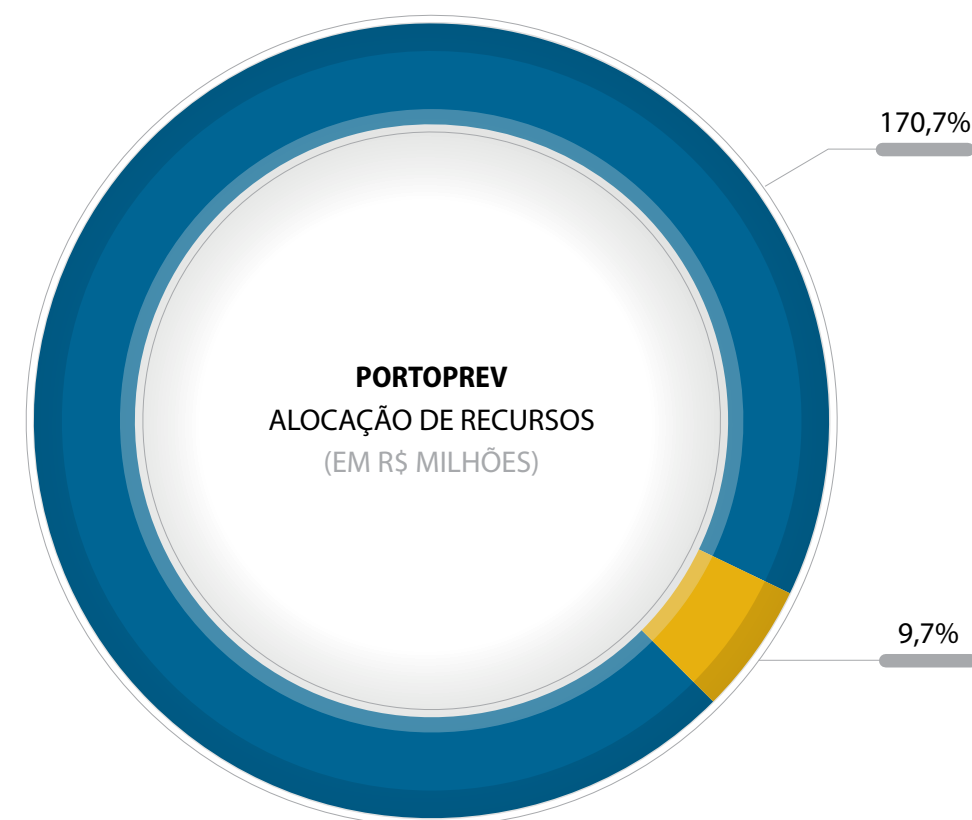
POSIÇÃO PATRIMONIAL		
Fundos renda fixa	5,4%	10 milhões
Renda fixa	92,3%	167 milhões
Renda variável	2,3%	4 milhões
Total	100%	180 milhões



- RENDA FIXA
- FUNDOS RF
- RENDA VARIÁVEL

A Portoprev concentrou os recursos do patrimônio do Plano na gestão da Portopar, que já respondia integralmente pela administração dos ativos da entidade.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS					
Gestor	Renda Fixa	Renda Variável	Total	Limites da Política de Investimentos	
Itaú	9,7	-	9,7	Renda Fixa	0% - 100%
Portopar	166,6	4,1	170,7	Renda Variável	0% - 30%
Total	176,3	4,1	180,4		



- PORTOPAR
- ITAÚ

Embora mantendo uma posição predominante em renda fixa, em 2010 a Portoprev diversificou as modalidades de aplicações com a inclusão de títulos privados e aumento de aplicações em títulos públicos, sempre mantendo as premissas de administração de risco previstas na Política de Investimentos.

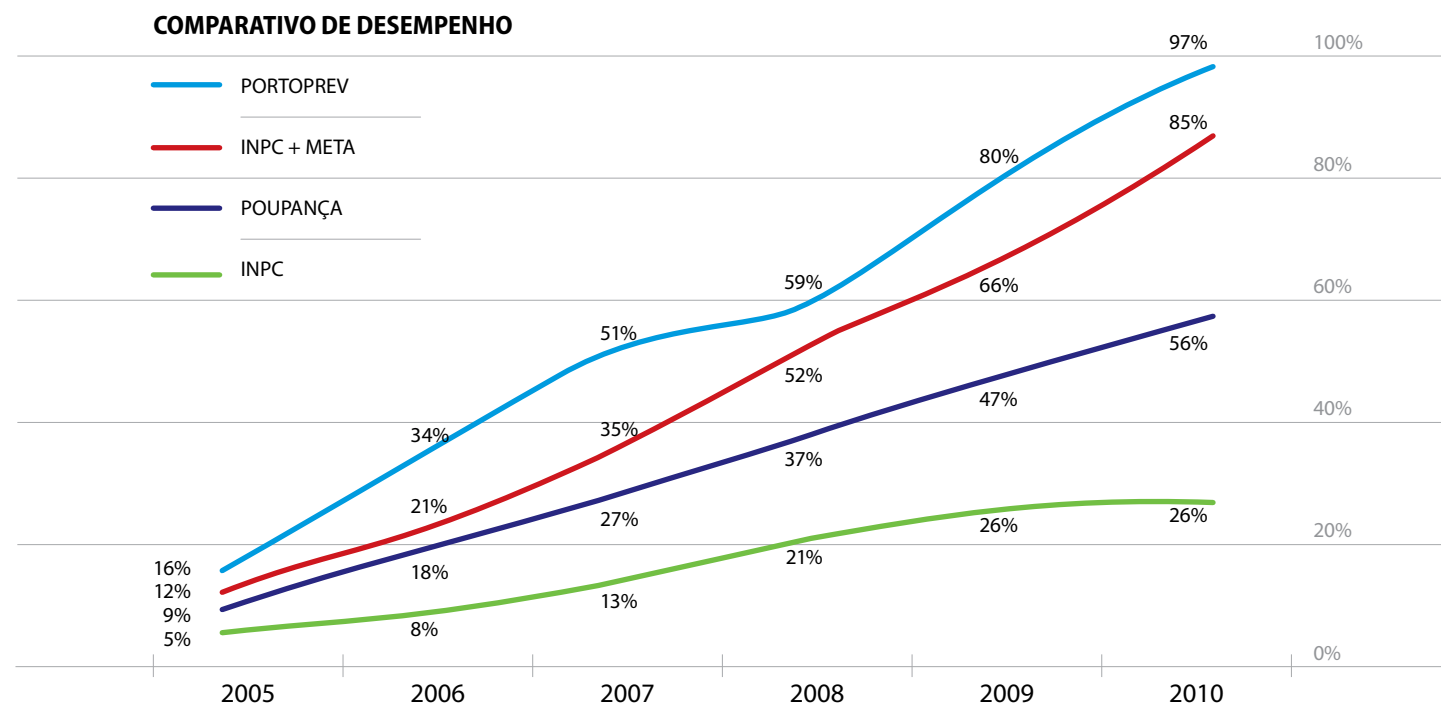
COMPOSIÇÃO DE RECURSOS GARANTIDORES				
Valor dos Investimentos por Segmento				
Segmento	Dezembro de 2009		Dezembro de 2010	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	R\$ 152.988.089,27	97%	R\$ 177.214.704,96	98%
Renda variável	R\$ 4.731.590,39	3%	R\$ 3.616.626,63	2%
Total dos investimentos	R\$ 157.719.679,70	100%	R\$ 180.831.331,60	100%

Modalidade de Aplicações Consolidado				
Investimentos	Dezembro de 2009		Dezembro de 2010	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	R\$ 152.988.089,27	97%	R\$ 177.214.704,96	98%
Cotas de fundos	R\$ 85.168.627,02	54%	R\$ 9.041.566,58	5%
Títulos privados	R\$ 0,00	0%	R\$ 37.974.579,63	21%
Prefixados	R\$ 28.389.542,34	18%	R\$ 21.699.759,79	12%
Títulos públicos pós-fixados	R\$ 39.429.919,92	25%	R\$ 108.498.798,95	60%
Renda variável	R\$ 4.731.590,39	3%	R\$ 3.616.626,63	2%
Ações à vista	R\$ 4.731.590,39	3%	R\$ 3.616.626,63	2%

Na gestão dos investimentos, a Portoprev obteve retorno líquido de 9,45% no ano, que representou 81% da rentabilidade do índice de referência (INPC + 5%).

COMPOSIÇÃO DE RENTABILIDADE PORTOPREV			
Rentabilidade 2010			
	Renda Fixa	Renda Variável	Carteira Global
Janeiro	0,8%	-0,1%	0,6%
Fevereiro	0,6%	0,0%	0,7%
Março	0,8%	0,2%	0,9%
Abril	0,5%	-0,1%	0,4%
Maio	0,8%	-0,2%	0,6%
Junho	0,8%	-0,1%	0,7%
Julho	0,9%	0,3%	1,1%
Agosto	0,9%	-0,1%	0,9%
Setembro	0,7%	0,2%	0,9%
Outubro	0,9%	0,1%	0,9%
Novembro	0,5%	-0,1%	0,4%
Dezembro	0,9%	0,1%	1,0%
	9,4%	0,1%	9,5%

Consistente com uma filosofia de retorno de longo prazo a rentabilidade no período de 2005 a 2010 apresenta um resultado acumulado de 97%, acima do alcançado por índices como INPC (26%) e poupança (56%), mas o mais importante é que está acima da combinação do INPC e da taxa de juros estabelecida como meta nas Políticas de Investimentos ao longo destes anos, que apresentou um acumulado de 85%.



demonstrativo das
Despesas na
Gestão do Plano e
dos **Investimentos**



Em 1º de janeiro de 2010, em atendimento às normas a que se submetem as entidades fechadas de previdência complementar, entrou em vigor o Plano de Gestão Administrativa – PGA, que reúne em um regulamento específico todos os aspectos pertinentes à administração das despesas administrativas da entidade.

para o custeio das despesas administrativas da entidade as empresas patrocinadoras e os participantes autopatrocinados e vinculados. Em 2010, o orçamento das despesas administrativas da entidade alcançou o equilíbrio projetado, considerando que determina o PGA que a variação orçamentária média não deve ultrapassar 5% (cinco por cento) entre os valores orçados e realizados.

Conforme o Regulamento do Plano contribuem

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA ENTIDADE (EM REAIS)

	Real	Orçado	Var. %
Cursos e treinamentos	10.340	1.200	762%
Consultoria atuarial	35.793	30.350	18%
Serviços de informática	59.188	57.600	3%
Serviços de auditoria	31.429	33.200	- 5%
Divulgações e promoções	8.367	-	-
Serviços gráficos	6.439	12.000	- 46%
Entidades de classe	6.125	6.120	0%
Despesas com impostos e taxas	70.020	77.800	- 10%
Outras	84	-	-
Total	227.785	218.270	4%

As taxas deduzidas das cotas dos participantes da Portoprev representaram 0,28% do patrimônio da entidade no final do ano.

CUSTO NA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS (EM REAIS)

	Realizado
Taxa de administração de recursos	453.538
Taxa de custódia	27.602
Outras despesas na adm. de carteira	17.804
Total	498.944

demonstrações

Contábeis Consolidadas
e **Parecer** dos **Audidores**
Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

AOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS, PARTICIPANTES E PATROCINADORES

Portoprev · Porto Seguro Previdência Complementar

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

São Paulo, 15 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador · CRC 1SP216397/O-5



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (R\$ MIL)		
Ativo	2010	2009
Disponível	66	25
Realizável	180.765	157.848
Gestão previdencial	107	116
Gestão administrativa	191	-
Investimentos	180.467	157.732
Títulos públicos	129.545	20.340
Créditos privados e depósitos	37.038	47.395
Ações	4.112	4.110
Fundos de investimento	9.772	85.887
Total do ativo	180.831	157.873
Passivo	2010	2009
Exigível operacional	255	132
Gestão previdencial	254	131
Gestão administrativa	1	1
Patrimônio social	180.576	157.741
Patrimônio de cobertura do plano	158.960	139.087
Provisões matemáticas	158.960	139.087
Benefícios concedidos	8.707	6.842
Benefícios a conceder	150.253	132.245
Fundos	21.616	18.654
Fundos previdenciais	21.480	18.491
Fundos administrativos	136	163
Total do passivo	180.831	157.873

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO (R\$ MIL)			
Descrição	2010	2009	VAR. %
1. Ativos	180.816	157.872	14,5
Disponível	66	25	164,0
Recebível	290	279	3,9
Investimento	180.460	157.568	14,5
Títulos públicos	129.545	20.340	536,9
Créditos privados e depósitos	37.038	47.394	(21,9)
Ações	4.112	4.110	0,0
Fundos de investimento	9.765	85.724	(88,6)
2. Obrigações	240	131	83,2
Operacional	240	131	83,2
3. Fundos não previdenciais	136	163	(16,6)
Fundos administrativos	136	163	(16,6)
4. Ativo líquido (1+2+3)	180.440	157.578	14,5
Provisões matemáticas	158.960	139.087	14,3
Fundos previdencias	21.480	18.491	16,2

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO			
EM 31 DE DEZEMBRO (R\$ MIL)			
Descrição	2010	2009	VAR. %
A. Ativo líquido - início do exercício	157.578	133.310	18,2
1. Adições	28.141	28.391	(0,9)
Contribuições previdenciais	12.170	9.911	22,8
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	15.244	18.078	(15,7)
Receitas administrativas	690	400	72,5
Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	10	2	400,0
Reversão de fundos - gestão administrativa	27	-	100,0
2. Destinações	(5.279)	(4.123)	28,0
Benefícios	(4.552)	(3.721)	22,3
Despesas administrativas	(727)	(245)	196,7
Constituição de fundos - gestão administrativa	-	(157)	100,0
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	22.862	24.268	(5,8)
Provisões matemáticas	19.873	21.388	(7,1)
Fundos previdenais	2.989	2.880	3,8
B. Ativo líquido - final do exercício (A+3)	180.440	157.578	14,5
C. Fundos não previdenciais	136	163	(16,6)
Fundos administrativos	136	163	(16,6)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			
EM 31 DE DEZEMBRO (R\$ MIL)			
Descrição	2010	2009	VAR. %
A. Ativo líquido - início do exercício	157.578	133.310	18,2
1. Adições	27.606	28.389	(2,8)
Contribuições	12.362	10.311	19,9
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	15.244	18.078	(15,7)
2. Destinações	4.744	4.121	15,1
Benefícios	4.552	3.721	22,3
Custeio administrativo	192	400	(52,0)
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	22.862	24.268	(5,8)
Provisões matemáticas	19.873	21.388	(7,1)
Fundos previdencias	2.989	2.880	3,8
B. Ativo líquido - final do exercício (A+3)	180.440	157.578	14,5
C. Fundos não previdenciais	136	163	(16,6)
Fundos administrativos	136	163	(16,6)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras / Sônia

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
EM 31 DE DEZEMBRO (R\$ MIL)			
Descrição	2010	2009	VAR. %
A. Fundo administrativo do exercício anterior	163	6	2.616,7
1. Custeio da gestão administrativa	700	402	74,1
1.1. Receitas	700	402	74,1
Custeio administrativo da gestão previdencial	192	400	(52,0)
Custeio administrativo dos investimentos	498	-	100,0
Resultado positivo dos investimentos	10	2	400,0
2. Despesas administrativas	727	245	196,7
2.1. Administração previdencial	228	204	11,8
Treinamentos/congressos e seminários	1	-	100,0
Serviços de terceiros	151	189	(20,1)
Despesas gerais	76	15	406,7
2.2. Administração dos investimentos	499	41	1.117,1
Serviços de terceiros	498	40	1.145,0
Despesas gerais	1	1	0,0
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	0,0
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	(27)	157	(117,2)
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	(27)	157	(117,2)
B. Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	136	163	(16,6)

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			
EM 31 DE DEZEMBRO (R\$ MIL)			
Descrição	2010	2009	VAR. %
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	158.960	139.087	14,3
1. Provisões matemáticas	158.960	139.087	14,3
1.1. Benefícios concedidos	8.707	6.842	27,3
Contribuição definida	7.027	6.842	2,7
Benefício definido	1.680	-	100,0
1.2. Benefícios a conceder	150.253	132.245	13,6
Contribuição definida	150.253	132.245	13,6
Saldo de contas - parcela patrocinadores	75.699	66.402	14,0
Saldo de contas - parcela participantes	74.554	65.843	13,2

Aparecida Belezi Rica - Diretora Superintendente / Celso Damadi - Contador - CRC nº 1SP 197919/O-2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

EM MILHARES DE REAIS

1. Contexto Operacional

A Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar ("Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de junho de 1994, regida pela Lei Complementar no. 109, de 29 de maio de 2001, e autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria no. 519, de 30 de setembro de 1993, do então Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). O objetivo da Entidade, é suplementar benefícios previdenciários aos empregados dos patrocinadores, extensivos a seus dependentes, sendo adotado o regime de "contribuição variável" para o plano de benefícios.

Em 31 de dezembro de 2010, a Entidade possuía 3.822 participantes (3.071 em 2009), sendo 3.042 participantes ativos (2.506 em 2009), 92 autopatrocinados (82 em 2009) e 640 (483 em 2009) que fizeram opção pelo instituto do benefício proporcional diferido e contava também com 48 (33 em 2009) participantes em gozo de benefício.

A Entidade tem como patrocinadores:

- Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (patrocinador principal)
- Porto Seguro Serviços Médicos Ltda.
- Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
- Porto Seguro Adm. de Consórcios Ltda.
- Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda.
- Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
- Porto Seguro Atendimento S.A.
- Porto Seguro Adm. de Cartões de Crédito – Portocard S/C Ltda.
- Replace Adm. de Salvados S.C. Ltda
- Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
- Crediporto Promotora de Serviços Ltda.
- Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
- Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar



2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social - MPS, e não requerem a divulgação separada de ativos e passivos circulantes e a longo prazo, nem apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração de Resultado. A forma de apresentação das demonstrações financeiras contempla as operações do plano da Entidade, quanto a gestão previdencial, administrativa e de investimentos, conforme previsto pela Resolução CGPC no. 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº 01 de 03 de março de 2011, Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Para realização comparativa das demonstrações dos dois exercícios foi realizada a adequação dos demonstrativos de 2009 de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela PREVIC, portanto, as demonstrações contábeis estão sendo representadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidas como segue:

A. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados e BPD's – benefício proporcional diferido, vinculados ao plano de benefícios de contribuição variável, são registrados quando do efetivo recebimento das contribuições.

B. Realizável - Investimentos

Os investimentos, classificados na categoria "Títulos para negociação", são registrados a custo de aquisição, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos até as datas dos balanços, e são ajustados ao valor de mercado, sendo os rendimentos, as valorizações e as desvalorizações apropriados ao resultado do período.

A Administração da Entidade classificou em 2010 e em 2009 os seus investimentos em "títulos para negociação", adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, inde-

pendentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais serão avaliados ao valor de provável realização.

Sob o título de investimentos, no ativo realizável, estão incluídos todos os investimentos da Entidade. Os investimentos estão classificados por modalidade, conforme descrito a seguir:

- O valor de mercado dos títulos públicos foi embasado no “preço unitário de mercado” informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA na data do balanço.
- O valor de mercado dos créditos privados e depósitos é embasado na metodologia de cálculo do manual de marcação a mercado da instituição financeira custodiante.
- As aplicações no mercado de ações estão representadas por ações de companhias abertas e são registradas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento na data do balanço ou data mais próxima na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros que registrou maior volume de negócios de cada ação.
- Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base no valor da quota do patrimônio, que contempla o ajuste dos títulos em carteira a valor de mercado.

C. Exigível operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

D. Provisões matemáticas

É demonstrado pelos valores calculados por atuários independentes como descrito na Nota 6.

E. Receitas administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e alterações posteriores, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Entidade são registradas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

F. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O Patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são registradas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

4. Disponível

Representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	2010	2009
Banco Bradesco S/A	58	18
Banco Itaú S/A	8	7
	66	25

5. Realizável - Investimentos

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Entidade classificou todos os investimentos como “títulos para negociação”. Em 31 de dezembro, a composição da carteira é a seguinte:

Investimentos	Natureza				2010	2009
		Sem Vencto.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Quotas de fundos de investimentos	Privada	9.772			9.772	85.887
Certificados de depósitos bancários	Privada				-	28.345
Depósito a prazo com garantia estendida	Privada			25.512	25.512	-
Debêntures	Privada			11.526	11.526	19.050
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Pública			107.943	107.943	-
Letras do Tesouro - LTN	Pública			21.602	21.602	-
Nota do Tesouro Nacional - NTN	Pública				-	20.340
Ações	Privada	4.112			4.112	4.110
		13.884		166.583	180.467	157.732



6. Patrimônio Social · Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas representam as obrigações da Entidade com os participantes e seus beneficiários e foram constituídas com base no parecer do consultor atuarial externo Conde Consultoria Atuarial Ltda. e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios da Entidade.

	2010	2009
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	7.027	6.842
Benefício definido	1.680	
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	150.253	132.245
	158.960	139.087

A. Provisões matemáticas e métodos atuariais

O plano de previdência é de característica de contribuição variável e o regime financeiro adotado é o de capitalização financeira.

A taxa real anual de juros é de 5% (2009 – 5%) ao ano e a projeção de crescimento real de salário não é utilizada, uma vez que o benefício de renda mensal na fase de acumulação de recursos é operacionalizado em contas patrimoniais.

As provisões matemáticas são determinadas sob a responsabilidade do atuário independente, e representam, ao final do exercício financeiro, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou a seus beneficiários. No momento da concessão do benefício, o valor é calculado conforme fator atuarial estabelecido no regulamento do plano.

A tábua atuarial utilizada como referência de cálculo foi a AT2000M (2009 – Tábua IBGE 2008). As tábuas biométricas são ferramentas utilizadas pelo atuário para determinar o tempo de recebimento do benefício pelo participante e, neste exercício, a Conde Consultoria Atuarial revisou as bases técnicas com o objetivo de aproximar a expectativa de vida dos participantes do plano à realidade de mercado.

B. Benefícios concedidos

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários, em gozo do benefício.

C. Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido dos custos normais futuros.

7. Fundos

PREVIDENCIAL

É constituído pelas reversões de provisões matemáticas, formadas pelas contribuições dos patrocinadores não resgatas pelos participantes que se desligaram do plano.

ADMINISTRATIVO

É constituído por recursos aportados por patrocinadores, participantes, autopatrocinaados e vinculados para cobertura das despesas com a administração da Entidade.

A movimentação do fundo previdencial e administrativo no exercício foi a seguinte:

	2009	Constituição no exercício	2010
Fundo previdencial	18.491	2.989	21.480
Fundo administrativo	163	(27)	136
	18.654	2.962	21.616

8. Partes Relacionadas

A Entidade no exercício findo 31 de dezembro de 2010, não realizou operações com partes relacionadas, bem como não houve despesas com remuneração de diretoria.



parecer
Atuarial

1. Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial desenvolvida pela Conde Consultoria tendo como base o Plano de Benefícios da PORTOPREV-PortoSeguroPrevidênciaComplementar.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela PORTOPREV. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outras que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Esta avaliação foi elaborada nos meses de janeiro a março/2011 e os resultados encontram-se posicionados em 31/12/2010.

Adotamos métodos, bases técnicas e critérios internacionalmente aceitos, que por sua vez estão devidamente descritos neste relatório.

ENTIDADE

Portoprev
Porto Seguro Previdência Complementar

PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios Portoprev

CNPB Nº

19.930.025-29

PATROCINADORAS

1. Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
2. Porto Seguro - Seguro Saúde S/A
3. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda
4. Porto Seguro Vida e Previdência S/A
5. Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda
6. Porto Seguro Adm. de Cartões de Crédito
7. Replace Adm. de Salvados S.C Ltda
8. Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
9. Portoseg S/A Crédito, Financiamento e Investimentos
10. Crediporto Promotora de Serviços Ltda
11. Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar
12. Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda
13. Porto Seguro Atendimento S/A
14. Itaú Seguros de Auto e Residência S/A

DATA-BASE

31/12/2010

2. Base Cadastral

Os dados cadastrais fornecidos pela PORTOPREV, que serviram de base para esta avaliação, incluindo os saldos de contas individuais, correspondem ao mês de dezembro/2010. As informações enviadas pela PORTOPREV foram submetidas a um processo de verificação de inconsistências.

Este processo é subdividido em três etapas:

- I. Verificação de inconsistências pelo isolamento da informação - as informações referentes a um determinado participante do cadastro são analisadas isoladamente, considerando:
 - Validação pela existência ou não de determinada informação;
 - Validação de campos codificados;
 - Validação de datas em comparação com a data-base do cadastro;
 - Validação com base em limites mínimos e máximos.
- II. Verificação de inconsistências por interação das informações - as informações referentes a um determinado participante do cadastro são analisadas comparando com as outras informações:
 - Validação utilizando limites mínimos e máximos definidos pelos outros dados do participante;
 - Validação e verificação de duplicidade de informações referentes a um único participante.
- III. Totalização de valores do cadastro - processamento com as informações gerais por meio da totalização dos valores numéricos:
 - Validação por meio de processo comparativo entre informações totalizáveis e resultados referentes as bases de informações de meses anteriores.

Após as etapas descritas, caso tenham sido identificadas inconsistências pelo programa de testes, os dados foram ajustados e validados para o cálculo atuarial.

Foram também utilizadas na Avaliação outras informações fornecidas pela PORTOPREV de interesse para o cálculo atuarial.

Outras informações referentes à Base Cadastral

PATROCINADORAS

- Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
- Porto Seguro - Seguro Saúde S/A
- Porto Seguro Serviços Médicos Ltda
- Porto Seguro Vida e Previdência S/A
- Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda
- Porto Seguro Adm. de Cartões de Crédito
- Replace Adm. de Salvados S.C Ltda
- Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
- Portoseg S/A Crédito, Financiamento e Investimentos
- Crediporto Promotora de Serviços Ltda
- Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar
- Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda
- Porto Seguro Atendimento S/A
- Itaú Seguros de Auto e Residência S/A

PARTICIPANTES

Foram considerados como participantes do Plano de Benefícios da PORTOPREV os empregados das Patrocinadoras retro mencionadas.

Com base no cadastro de Participantes da PORTOPREV, apresentamos a seguir as Estatísticas de Participantes:

ESTATÍSTICAS DE PARTICIPANTES

Ativos · Participantes · <u>Atuais</u>	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	1.537	1,505	3,042
Folha salarial	6.503.721	4.814.216	11.317.936
Salário médio	4.231,44	3.198,81	3.720,56
Idade média	35	36	35
Ativos · Autopatrocinados	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	48	44	92
Folha salarial	231.050	125.681	356.731
Salário médio	4.813,55	2.856,38	3.877,51
Idade média	42	41	41
Ativos · BPD / Vesting · Vinculados	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	351	289	640
Folha salarial	-	-	-
Salário médio	-	-	-
Idade média	43	41	42

Base de dados: Dezembro/2010

ESTATÍSTICAS DE PARTICIPANTES

Assistidos	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	27	21	48
Folha de benefícios	64.234	31.828	96.062
Benefício médio	2.379,04	1.515,61	2.001,29
Idade média	62	59	61
Assistidos · Renda Vitalícia	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	4	4	8
Folha de Benefícios	5.934	5.315	11.249
Benefício médio	1.483,61	1.328,66	1.406,14
Idade média	69	63	66
Assistidos · Renda por Prazo Certo	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	13	7	20
Folha de Benefícios	11.986	12.784	24.770
Benefício médio	921,98	1.826,32	1.238,50
Idade média	59	58	59
Assistidos · Renda Temporária e Variável	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de participantes	10	10	20
Folha de Benefícios	46.314	13.729	60.043
Benefício médio	4.631,38	1.372,89	3.002,13
Idade média	63	59	61

Base de dados: Dezembro/2010

RESUMO DAS ESTATÍSTICAS DE PARTICIPANTES

Discriminação	Quantidade de Participantes	Folha Salarial / Folha de Benefícios	Salário / Benefício Médio	Idade Média
Ativos	3.774	11.674,668	3.093,45	37
Empregados	3.042	11.317,936	3.720,56	35
Autopatrocinados	92	356.731	3.877,51	41
BPD	640	-	-	42
Assistidos	48	96.062	2.001,29	61
Vitalícia	8	11.249	1.406,14	66
Prazo certo	20	24.770	1.238,50	59
Temporária e variável	20	60.043	3.002,13	61
Total	3.822	11.770,729	3.079,73	37

Base de dados: Dezembro/2010



3. Premissas Adotadas na Avaliação

3.1. Recomposição salarial e benefícios

Considerando que os dados cadastrais correspondem a dezembro/2010 e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2010, os salários e benefícios, para efeito desta avaliação, não tiveram acréscimo.

3.2. Salário real de benefício - SRB e salário de participação - SP

Para o cálculo dos Benefícios de Risco utilizou-se o Salário Real de Benefícios - SRB.

O SRB corresponde a 100% do Salário de Participação projetado (com recomposição e crescimento salarial exponencial em função do tempo a decorrer, até a data de início do benefício).

3.3. Despesas administrativas

De acordo com a PORTOPREV as despesas administrativas são pagas pelas Patrocinadoras no valor de 0,21% sobre a folha total dos ativos, que equivale a 0,10% da folha total dos empregados das Patrocinadoras do Plano.

Os Participantes Autopatrocinados contribuem com 5% da sua Contribuição ao Plano para as Despesas Administrativas, com o mínimo de R\$ 10,90.

Os Participantes Vinculados terão uma contribuição ao Plano para custear as Despesas Administrativas, conforme regulamento do plano, e que deverá ser definida pelo Conselho, o início e o valor das contribuições.

4. Bases Técnicas

4.1. Tábuas biométricas - Renda vitalícia

- AT2000M (Tábua geral)
- AT2000M (Tábua geral - Anuidades de pensão)
- AT2000M (Tábua - Risco morte-pensão/ Capitalização)

4.2. Variáveis econômicas

- Taxa de juros = 5% a.a., para as rendas vitalícias
- Taxa de rotatividade (Ativos) = 0% a.a.
- Taxa de crescimento salarial (Ativos) = 3% a.a.
- Taxa de crescimento de benefícios (Assistidos) = 0% a.a.
- Capacidade salarial = 100%
- Capacidade de benefícios = 100%
- Índice do plano = INPC/IBGE Índice Nacional de Preço ao Consumidor, para renda vitalícia. Rentabilidade Patrimonial para Ativos e Assistidos, rendas valorizadas pela cota.

4.3. Regime financeiro

Para Aposentadorias, Pecúlio por Morte e Invalidez, Capitalização financeira.

4.4. Termos técnicos

Tábua biométrica: é o instrumento que mede a expectativa de vida e de morte dos participantes, ou que mede a probabilidade de um participante se invalidar. Não se tem certeza do tempo que cada participante irá receber o benefício, motivo pelo qual se baseia na ex-

periência biométrica pré-calculada. O mesmo será feito com os participantes em atividade, não se sabe se todos irão se aposentar, alguns podem se invalidar ou falecer e esta estimativa será feita com base nas Tábuas Biométricas.

Taxa de juros: todo sistema estruturado no regime de capitalização, parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais irão ser aplicados no mercado financeiro, e terão um retorno financeiro ou uma rentabilidade real, acima da inflação, equivalente a uma taxa de juros.

Também vale inferir que os recursos que o plano acumulou para o pagamento dos benefícios irão ter uma rentabilidade equivalente a taxa de juros informada, assim, uma parte dos compromissos será sustentada com juros que o mercado financeiro estaria proporcionando.

Taxa de rotatividade: é o instrumento que mede a expectativa de desligamento do participante do plano de benefícios, ou ainda, da desistência do plano. O efeito é análogo ao da mortalidade e invalidez.

Taxa de crescimento salarial: é uma estimativa colocada no plano que identifica qual a remuneração do participante na data da aposentadoria. Parte-se do pressuposto que o participante poderá ter na patrocinadora, promoções, vantagens ou achatamentos que poderão ter um impacto positivo ou negativo

na remuneração que estaria recebendo na data da aposentadoria e esse efeito estaria sendo repassado para o benefício.

Capacidade salarial e de benefício: esta expressão pode ser entendida como sendo o poder de compra do Salário ou do Benefício entre duas datas de reajustes, assim, teoricamente, quando o salário ou o benefício é reajustado, sua capacidade é de 100%, e à medida que se distancia da data de reajuste, tanto o salário como o benefício sofre “achatamento” e com isso a capacidade se reduz.

Desta forma, a capacidade de benefício menor que 100% reduz o custo de um plano, já que o benefício estaria “achatado” e consequentemente o plano irá gastar menos. A capacidade de salário abaixo de 100% aumenta o custo, pois, se o salário está achatado, a contribuição, que é calculada através da aplicação de um percentual sobre o salário, também estará achatada, e o plano irá arrecadar menos recursos.



5. Metodologia Adotada na Avaliação

O Regime Financeiro aplicado na avaliação dos Benefícios é o de Capitalização Financeira, que tem características de Contribuição Variável.

As Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos corresponderão, prospectivamente, ao valor atual dos benefícios em manutenção na data da avaliação.

Os resultados da avaliação atuarial foram obtidos a partir dos seguintes valores individualmente calculados:

- **Valor atual dos benefícios futuros:** representa o valor atual, calculado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano, avaliados pelo regime de capitalização e relativos aos Participantes que estejam em gozo de benefício vitalício de prestação continuada e que escolheram a renda Vitalícia.
- **Valor atual das contribuições futuras:** representa o Valor Atual da Contribuição Futura, levando em consideração a contribuição vigente.
- **Valor atual dos salários futuros:** Representa o valor atual, calculado atuarialmente, dos Salários de Participação futuros, relativamente aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.
- **Reservas matemáticas - benefícios a conceder:** corresponderão, retrospectivamente, ao Saldo de

conta de cada Participante, Fundo Gerador de Benefícios - FGB.

- **Reservas matemáticas - benefícios concedidos:** representa o valor atual dos benefícios futuros, correspondente aos Participantes que escolheram a Renda Mensal Vitalícia e para os demais o Saldo de Conta.
- **Valor anual dos salários:** representa o valor anual dos Salários de Participação, relativos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

O custo total do Plano é a soma das contribuições normais assim definidos:

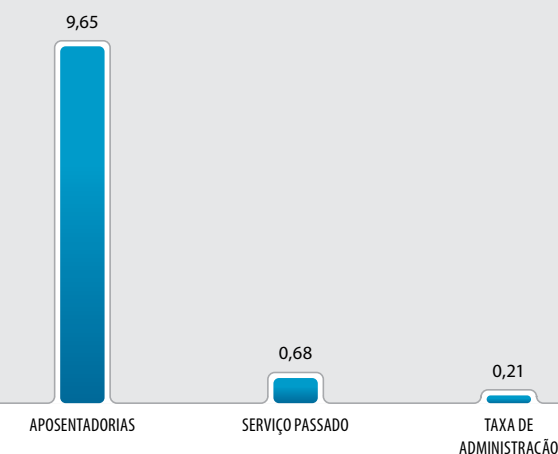
- **Custeio normal dos benefícios avaliados pelo regime de capitalização:** quociente do valor total das contribuições futuras pelo valor atual dos salários futuros, relativamente aos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefício vitalício de prestação continuada.
- **Custeio normal dos benefícios avaliados pelo regime de repartição simples anual:** quociente do valor anual dos compromissos anuais pelo valor anual dos salários, relativamente aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício vitalício de prestação continuada.

6. Resultados

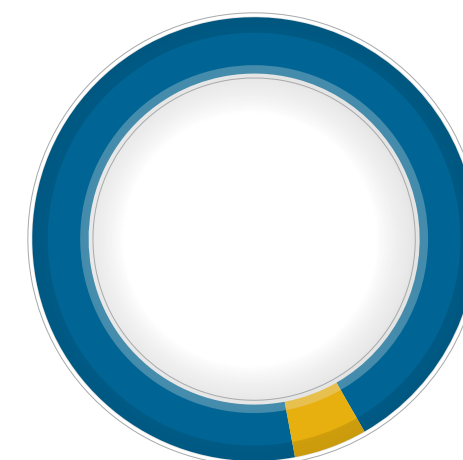
Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação.

CUSTO ATUARIAL NIVELADO (%) BASE 31/12/2010		
Benefícios	% Custo (*)	% Custo Total
Renda mensal programada	9,65	91,56
Serviço passado	0,68	6,45
Taxa de administração	0,21	1,99
Custo normal	10,54	100

CUSTOS ATUARIAIS EM % SOBRE O TOTAL DOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO



RESERVAS MATEMÁTICAS EM 31/12/2010 · VALORES EM R\$ 1,00	
Discriminação	Valor
Benefícios concedidos	8.707.673,97
Benefícios a conceder	150.252.696,53
Benefícios do Plano com a Geração Atual	150.252.696,53
Outras Contribuições da Geração Atual	0,00
Reservas a amortizar	0,00
Total de reservas matemáticas	158.960.370,50



- Benefícios a Conceder
- Benefícios Concedidos

Foi verificado em 31/12/2010 o Fundo Previdencial no valor de R\$ 21.479.649,72.

7. Plano Anual de Custeio

O Plano Anual a seguir foi estabelecido de acordo com o Capítulo V, do Regulamento do Plano de Benefícios da PORTOPREV.

PARTICIPANTE

Contribuição básica: mensal, determinada pela aplicação da tabela abaixo sobre o Salário de Participação do Participante:

Parcela do Salário	Percentual Aplicável
Até R\$ 1.172,25	1%
Acima de R\$ 1.172,25	De 1% a 6%, livremente escolhidos em percentual inteiros

Valor referente a 5 UP em Janeiro/2011

Contribuição voluntária: facultativa e mensal, de valor livremente escolhido pelo Participante, com base em percentual do seu Salário de Participação.

Contribuição esporádica: facultativa, de valor e periodicidade livremente escolhidos pelo Participante, observados os limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo.

Contribuição do serviço passado: mensal e de valor igual à contribuição Básica, terá direito a essa contribuição os participantes que se inscreverem até 90 dias após a data de Efetivação.

PATROCINADORA

Contribuição normal: contrapartida à Contribuição Básica realizada pelo Participante.

Contribuição de serviço passado: contrapartida à Contribuição de Serviço Passado realizada pelo Participante.

Contribuição para o saldo não amortizado do serviço passado: será esporádica de valor estabelecido a cada ano no Plano Anual de Custeio.



RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO

Contribuição Média das Patrocinadoras e dos Participantes do Plano

PORTOPREV · PORTO SEGURO PREVIDÊNCIA PRIVADA			
Contribuição (*)	Participantes (*)	Patrocinadoras (%)	Total (%)
Básica / Normal	4,16	4,02	8,18
Voluntária	1,47	-	1,47
Serviço passado	0,34	0,34	0,68
Taxa de administração	-	0,21	0,21
Total	5,97	4,57	10,54

(*) % Sobre o total dos salários de participação

8. Parecer Atuarial

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios da PORTOPREV – Porto Seguro Previdência Complementar, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos participantes e as bases técnicas adotadas pela Conde Consultoria.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela PORTOPREV. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outras que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais

internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela Conde Consultoria, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- **Cadastro:** o cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2010, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.
- **Saldo de contas:** ressaltamos que os saldos de Contas e as cotas são de responsabilidades do administrador destas, ou seja, são coletadas as informações da base de dados cadastrais e informações da PORTOPREV.
- **Recomposição salarial e de benefícios:** considerando que os dados cadastrais correspondem a dezembro/2010 e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2010, os salários e benefícios, para efeito desta avaliação, não tiveram acréscimo.

- **Características do plano:** o Plano de Benefícios da PORTOPREV está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Instrução SPC nº 9, de 19/01/2006.
- **Resultado do custo e das reservas matemáticas:** os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 10,54% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios, conforme quadro a seguir:

CUSTO ATUARIAL NIVELADO (%) BASE 31/12/2010		
Benefícios	% Custo (*)	% Custo Total
Renda mensal programada	9,65	91,56
Serviço passado	0,68	6,45
Taxa de administração	0,21	1,99
Custo normal	10,54	100

(*) Custos atuariais em % sobre o total dos salários de participação

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$ 158.960.370,50, conforme quadro a seguir:

RESERVAS MATEMÁTICAS EM 31/12/2010 · VALORES EM R\$ 1,00	
Discriminação	Valor
Benefícios concedidos	8.707.673,97
Benefícios a conceder	150.252.696,53
Benefícios do Plano com a Geração Atual	150.252.696,53
Outras Contribuições da Geração Atual	0,00
Reservas a amortizar	0,00
Total de reservas matemáticas	158.960.370,50

Foi verificado em 31/12/2010 o Fundo Previdencial no valor de R\$ 21.479.649,72.

- **Plano de custeio:** o Plano Anual a seguir foi estabelecido de acordo com o Capítulo V, do Regulamento do Plano de Benefícios da PORTOPREV.

PARTICIPANTE

Contribuição básica: mensal, determinada pela aplicação da tabela abaixo sobre o Salário de Participação do Participante.

Parcela do Salário	Percentual Aplicável
Até R\$ 1.172,25	1%
Acima de R\$ 1.172,25	De 1% a 6%, livremente escolhidos em percentual inteiros

Valor referente a 5 UP em Janeiro 2011

Contribuição voluntária: facultativa e mensal, de valor livremente escolhido pelo Participante, com base em percentual do seu Salário de Participação.

Contribuição esporádica: facultativa, de valor e periodicidade livremente escolhidos pelo Participante, observados os limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo.

Contribuição do serviço passado: mensal e de valor igual a contribuição Básica, terá direito a essa contribuição os participantes que se inscreverem até 90 dias após a data de Efetivação.

PATROCINADORA

Contribuição normal: contrapartida à Contribuição Básica realizada pelo Participante.

Contribuição de serviço passado: contrapartida à Contribuição de Serviço Passado realizada pelo Participante.

Contribuição para o saldo não amortizado do serviço passado: será esporádica de valor estabelecido a cada ano no Plano Anual de Custeio.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

De acordo com a PORTOPREV as despesas administrativas são pagas pelas Patrocinadoras no valor de 0,21% sobre a folha total dos ativos, que equivale a 0,10% da folha total dos empregados das Patrocinadoras do Plano.

Os Participantes Autopatrocinaados contribuem com 5% da sua Contribuição ao Plano para as Despesas Administrativas, com o mínimo de R\$ 10,90.

Os Participantes Vinculados terão uma contribuição ao Plano para custear as Despesas Administrativas, conforme regulamento do plano, e que deverá ser definida pelo Conselho, o início e o valor das contribuições.

RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO

- **Contribuição média das patrocinadoras e dos participantes do plano**

PORTOPREV PORTO SEGURO PREVIDÊNCIA PRIVADA			
Contribuição (*)	Participantes (*)	Patrocinadoras (%)	Total (%)
Básica/Normal	4,16	4,02	8,18
Voluntária	1,47	-	1,47
Serviço passado	0,34	0,34	0,68
Taxa de administração	-	0,21	0,21
Total	5,97	4,57	10,54

(*) % Sobre o total dos salários de participação

- **Situação financeiro-actuarial:** o cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefícios da PORTOPREV, considerando o balanço contábil de 31/12/2010:

Discriminação	Valores em R\$ 1,00
Ativo total	180,816,015,42
Exigível operacional	(239,541,86)
Exigível contingencial	0,00
Fundo previdencial	(21,479,649,72)
Fundo administrativo	(136,453,34)
Patrimônio líquido previdencial	158,960,370,50

O Ativo Líquido Previdencial faz frente às Reservas Matemáticas, no valor total de R\$ 158.960.370,50, gerando um equilíbrio no Plano.

- **Rentabilidade da cota do plano:** a rentabilidade da cota do Plano de Benefícios da PORTOPREV atingiu no exercício de 2010 o percentual de 9,51%.
- **Dívidas contratadas:** não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios.
- **Alteração regulamentar:** no ano de 2010 houve alterações regulamentares no Plano de Benefícios, aprovadas pela PREVIC em 30/09/2010 pela Portaria nº 771 DOU - Seção 1 - Edição Extra, Ofício nº 3164/CGAT/DITEC/PREVIC.

Neste ano houve adesão de três novas patrocinadoras:

- Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda
- Porto Seguro Atendimento S/A
- Itaú Seguros de Auto e Residência S/A



- **Hipóteses atuariais:** as premissas Atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 2010 são as seguintes:

Tábuas Biométricas - Renda Vitalícia

- AT2000M (Tábua Geral)
- AT2000M (Tábua Geral - Anuidades de Pensão)
- AT2000M (Tábua - Risco Morte-Pensão/ Capitalização)

Variáveis Econômicas

- Taxa de Juros = 5% a.a. para as Rendas Vitalícias
- Taxa de Rotatividade (Ativos) = 0%
- Taxa de Crescimento Salarial (Ativos) = 3% a.a.
- Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos) = 0% a.a.
- Capacidade Salarial = 100%
- Capacidade de Benefícios = 100%
- Índice do Plano = INPC/IBGE - Índice Nacional de Preço ao Consumidor, para Renda Vitalícia. Rentabilidade Patrimonial para Ativos e Assistidos, rendas valorizadas pela Cota.

Conclusão

Conclui-se que o custeio do Plano de Benefícios, calculado pela Conde Consultoria, resultou em um total de 10,54% dos Salários de Participação.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios em 31/12/2010 é de R\$158.960.370,50, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$158.960.370,50, o que concluímos que o plano está equilibrado.

O Fundo Previdencial está constituído no valor de R\$ 21.479.649,72, conforme informação da PORTOPREV,

e foi formado pelas sobras de contribuições das Patrocinadoras, não resgatadas pelo Participante quando do cancelamento da inscrição.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios da PORTOPREV - Porto Seguro Previdência Complementar encontra-se em boa situação financeiro-atuarial.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinado com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais, para as rendas vitalícias.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2011.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Alberto dos Santos
[Atuário · MIBA 892](#)

Newton Cezar Conde
[Atuário · MIBA 549](#)

ANEXO 1 RESERVAS MATEMÁTICAS

Valores das Reservas Matemáticas em 31/12/2010

		EM R\$1,00
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	158.960.370,50
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios concedidos	8.707.673,97
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição definida	7.028.141,97
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de contas dos assistidos	7.028.141,97
	Aposentadorias programadas:	7.028.141,97
2.3.1.1.01.02.00	Benefício definido estruturado em regime de capitalização	1.679.532,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor atual dos benefícios futuros programados - Assistidos	1.679.532,00
	Aposentadorias programadas:	1.679.532,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor atual dos benefícios futuros não programados - Assistidos	0,00
	Aposentadoria por invalidez	0,00
	Pensão por morte	0,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	150.252.696,53
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição definida	150.252.696,53
2.3.1.1.02.01.01	Fundo patrocinado	75.698.416,29
	Fundo E:	59.434.683,68
	Fundo F:	16.263.732,61
2.3.1.1.02.01.02	Fundo individual	74.554.280,24
	Fundo A:	51.213.673,99
	Fundo B:	10.584.393,37
	Fundo C:	12.722.435,91
	Fundo D:	33.776,97
2.3.1.1.02.03.00	Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício definido estruturado em regime de repartição simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões matemáticas a constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço passado	0,00
	Benefícios concedidos	0,00
	Benefícios a conceder	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por ajustes das contribuições extraordinárias	0,00
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	21.479.649,72
2.3.2.1.00.00.00	Fundos previdenciais	21.479.649,72
	Fundo coletivo previdencial	21.479.649,72

(*) Valor correspondente apenas à parte atuarial. Valor da cota: R\$ 10,71022697 - Base de dados: Dezembro/2010
Ressaltamos que o valor da cota e o saldo de contas - Contribuição Definida são de responsabilidade do administrador de cotas.

ANEXO 2 RESUMO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios

CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Contribuição Variável, custeado por contribuições dos Participantes Ativos, Autopatrocina-dos e dos Patrocinadores, abrangendo os seguintes benefícios:

- Benefício de aposentadoria
- Pecúlio por morte
- Pecúlio por invalidez

QUANTIDADE DE CONTRIBUIÇÕES / BENEFÍCIOS POR ANO

13 Contribuições/benefícios (12 mensais e o 13º)

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO · SP

Salário de participação: o salário básico mensal pago ao Participante pela Patrocinadora, composto do salário fixo nominal, acrescido da remuneração variável em função de produção ou vendas, inclusive prêmios, anuênios e triênios. Não integram o Salário de Participação horas extras, ainda que habituais, adicional noturno, gratificações, adicionais por insalubridade, valores pagos a título de reembolso ou indenização não incorporáveis ao salário, bem como quaisquer outras não previstas expressamente.

SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO · SRB

Salário real debenefício: a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários de Participação do Participante, atualizados monetariamente.

FUNDO GERADOR DE BENEFÍCIOS · FGB

O fundo individual de cada Participante, constituído por suas contribuições pessoais e pelas contribuições das Patrocinadoras.

UNIDADE PREVIDENCIÁRIA PORTOPREV · UP

O valor correspondente a R\$ 207,70 (duzentos e sete reais e setenta centavos), em 01/01/2009. O valor da UP será reajustado nas mesmas datas e pelos mesmos índices utilizados pela Patrocinadora Principal para o reajuste coletivo dos salários de seus empregados, incluindo os aumentos reais de produtividade.

TABELA DE FATORES APLICÁVEIS AO FGB DO PARTICIPANTE

55 anos 0,005438	61 anos 0,006012	66 anos 0,006665
56 anos 0,005522	62 anos 0,006128	67 anos 0,006820
57 anos 0,005609	63 anos 0,006251	68 anos 0,006985
58 anos 0,005702	64 anos 0,006381	69 anos 0,007160
59 anos 0,005800	65 anos 0,006518	70 anos ou mais 0,007344
60 anos 0,005903		



CUSTEIO DO PLANO

Os benefícios do plano serão custeados pelas contribuições dos Participantes Ativos, Assistidos e Auto-patrocinaados, bem como pelo Patrocinador.

Os Participantes Ativos farão:

- **Contribuição básica:** mensal, determinada pelo salário de participação (SP) do Participante, sendo 1% para SP até 5 UP, e acima de 5 UP de 1% a 6%, livremente escolhido em percentuais inteiros;
- **Contribuição voluntária:** facultativa e mensal, de valor livremente escolhido pelo Participante, com base em percentual do seu salário de participação.
- **Contribuição esporádica:** facultativa, de valor e periodicidade livremente escolhidos pelo Participante, observados os limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo.
- **Contribuição do serviço passado:** mensal e de valor igual à contribuição básica, que somente poderá ser feita pelos Participantes que se inscreverem até 90 (noventa) dias da data efetiva, tenham serviço passado e optem pelo pagamento desta contribuição.

A Patrocinadora fará:

- **Contribuição normal:** mensal, de valor igual à contribuição básica efetuada pelo Participante;
- **Contribuição de serviço passado:** mensal, de valor igual à contribuição de serviço passado paga pelo Participante;

- **Contribuição do serviço passado:** mensal e de valor igual à contribuição básica, que somente poderá ser feita pelos Participantes que ao se inscreverem em até 90 (noventa) dias da Data Efetiva, tenham serviço passado e optem pelo pagamento desta contribuição.

As Contribuições das Patrocinadoras em relação ao Participante que completar 63 (sessenta e três) anos de idade e preencher os demais requisitos para obter o benefício de aposentadoria, cessarão.

CONTAS DOS PARTICIPANTES

- **Conta A:** constituída pelas Contribuições Básicas efetuadas pelo Participante.
- **Conta B:** constituída pelas Contribuições Voluntárias efetuadas pelo Participante.
- **Conta C:** constituída pelas Contribuições do Serviço Passado efetuadas pelo Participante.
- **Conta D:** constituída por recursos financeiros objeto de Portabilidade recepcionados por este Plano.
- **Conta E:** constituída pelas Contribuições Normais efetuadas pela Patrocinadora.
- **Conta F:** constituída pelas Contribuições de Serviço Passado e Contribuições para o Saldo Não Amortizado do Serviço Passado efetuadas pela Patrocinadora.

DEMAIS REGRAS

Vide regulamento do plano.

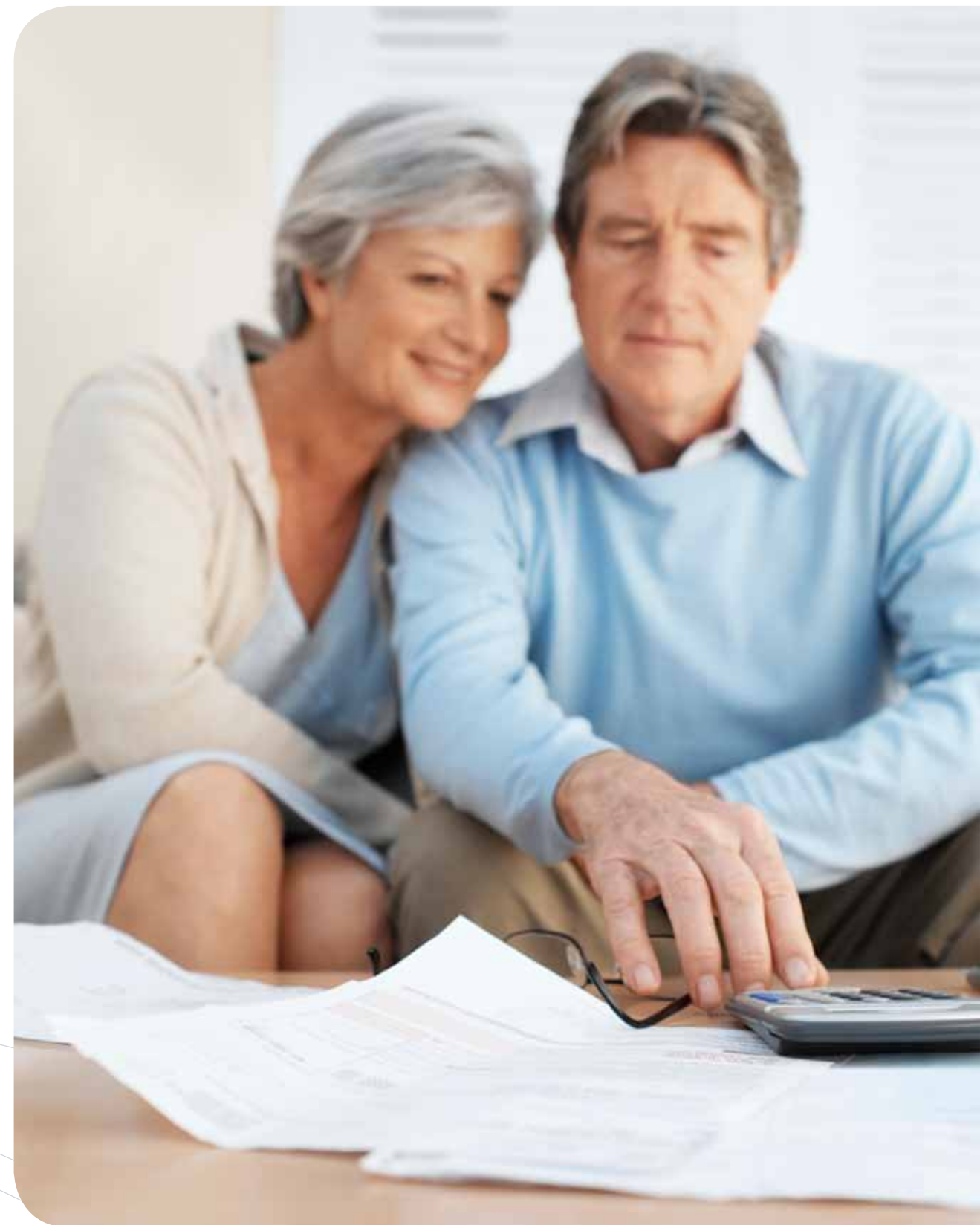
RESUMO DOS BENEFÍCIOS

Benefícios	Exigências	Fórmula de Cálculo	Forma de Pagamento
Benefício de aposentadoria	55 anos ou 60 anos de idade Término do vínculo empregatício	Aplicação da tabela dos fatores aplicáveis sobre o FGB. No caso de requerimento a partir dos 60 anos: Toma-se por base o Fundo Gerador de Benefícios (FGB) do Participante, constituído de 100% do saldo das Contas A, B, C, D, E e F do Participante. No caso de requerimento a partir dos 55 anos: FGB do Participante será constituído de 100% do saldo das Contas A, B, C e D, se houver; e 80% do saldo das Contas E e F, acrescido de 0,34% para cada mês completo que exceder os 55 anos de idade do Participante.	Renda mensal por prazo certo, o FGB do Participante, expresso em cotas, e o prazo em meses, entre 60 e 240 meses, para o recebimento do benefício. Facultado o recebimento de até 25% das cotas do FGB à vista. Renda mensal temporária e variável, em quantidade de cotas entre os percentuais de 0,4% a 1,6% sobre o FGB. O percentual pode ser redefinido a cada 6 meses. Quando o valor da renda mensal for inferior a 50% do UP ou inferior a 3 vezes o SRB, o saldo de cotas do FGB será pago de uma só vez. O Participante que optar por renda mensal vitalícia, fará jus a um Abono Anual no valor correspondente a renda mensal de Dezembro.
Pecúlio por morte ou invalidez	Morte ou invalidez do Participante que não esteja em gozo do Benefício de Aposentadoria.	Saldo das contas A, B, C, D, E e F.	Pago em parcela única, até o último dia útil do mês subsequente ao do requerimento.

DOS INSTITUTOS LEGAIS

RESUMO DOS BENEFÍCIOS

Benefícios	Exigências	Fórmula de cálculo
Autopatrocínio	Extinção do vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora.	Contribuições: O Autopatrocinado deverá continuar contribuindo para o custeio deste Plano, indicando o percentual da Contribuição Básica incidente sobre seu último Salário de Participação, que será acrescida da Contribuição Normal que seria devida pela Patrocinadora.
Benefício proporcional diferido	Extinção do contrato de trabalho antes da elegibilidade ao benefício pleno. Três anos de vinculação ao plano.	Valor Benefício Proporcional Diferido: Calculado sobre 100% das contas A, B, C e D, somados o saldo das contas E e F se o Vinculado preencher requisitos para o Benefício de Aposentadoria.
Portabilidade	Três anos de vinculação ao plano; Cessação do vínculo empregatício; Não ter preenchido os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno.	100% dos saldos das contas A, B, C e D com menos de três anos completos de vínculo; 100% dos saldos das contas A, B, C, D, E e F com pelo menos três anos completos de vínculo.
Resgate	Cessação do vínculo empregatício; Não ter preenchido os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno.	100% dos saldos das contas A, B e C. É facultado o Resgate de recursos portados constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, que, recepcionados por este Plano, serão alocados em subconta específica da Conta D. Pago em até o último dia do mês subsequente à formalização da opção à vista ou em até 12 parcelas mensais consecutivas.



parecer do
**Conselho
Fiscal**

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 2011, às 11h, no edifício da sede social da PORTOPREV, na Alameda Ribeiro da Silva, nº 275, térreo, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Entidade, infra-assinados. Ordem do Dia: Exame e manifestação sobre o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas  s Demonstrações Financeiras do exercício de 2010. Deliberações: O Presidente do Conselho Fiscal da Entidade, Sr. Lene Araújo de Lima esclareceu que a presente reunião tem por objetivo o exame e manifesta o sobre o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Após análise dos documentos citados, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da Avalia o e Parecer Atuariais, elaborados pela Conde Consultoria Atuarial Ltda., relativos ao exercício sob exame, todos apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade, este Conselho conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem a situa o patrimonial e financeira da Entidade, recomendando a sua aprova o por parte do Conselho Deliberativo.

Não havendo mais nada a tratar, os Srs. Conselheiros deram por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por todos. São Paulo, 25 de abril de 2011.

Lene Araújo de Lima

Presidente do Conselho Fiscal

Wanderlei Badona dos Santos

Conselheiro

Simone Morelato

Conselheira

manifestação do

Conselho Deliberativo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 2011, às 16h, no edifício da sede social da PORTOPREV, na Alameda Ribeiro da Silva, nº 275, térreo, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram, em sua totalidade, os membros do Conselho Deliberativo da Entidade infra-assinados, e a Diretora Superintendente da Diretoria Executiva da Entidade infra-assinada. Ordem do Dia: Exame e manifestação sobre o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas  s Demonstrações Financeiras do exercício de 2010. Deliberações: O Presidente do Conselho Deliberativo da Entidade, Sr. Manoel Sabino Neto, esclareceu que a presente reunião tem por finalidade deliberar sobre a apreciação e manifestação acerca do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, elaborado pela PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes, da Avaliação e Parecer Atuariais, elaborados pela Conde Consultoria Atuarial Ltda. e, ainda, do parecer favorável do Conselho Fiscal da Entidade, todos já devidamente analisados pelos membros da Diretoria Executiva, que os submeteu   apreciação dos membros do Conselho Deliberativo. Os membros do Conselho Deliberativo, após examinarem os documentos supracitados, bem como após os esclarecimentos prestados pela Diretora Superintendente, Sra. S nia Aparecida Bezezi Rica, decidem, por unanimidade, por sua aprovação, determinando à Diretoria Executiva que adote as providências necessárias   divulgação do conteúdo da presente   PREVIC, nos termos do disposto no artigo 22 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por todos. São Paulo, 25 de abril de 2011.

Manoel Sabino Neto

Presidente do Conselho Deliberativo

Mário Urbinati

Conselheiro

José Alvaro Pirovani

Conselheiro

Celso Damadi

Conselheiro

Fabio Ohara Morita

Conselheiro

S nia Ap. Bezezi Rica

Diretora Superintendente

PORTOPREV
PORTO SEGURO PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
CNPJ N  00.107.852/0001-82

política de
Investimentos
2011

1. Finalidade da Política de Investimento

1.1. Características da entidade e do plano de benefícios

A PORTOPREV – Porto Seguro Previdência Complementar – é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída por Porto Seguro Cia de Seguros Gerais com o objetivo de administrar plano de previdência complementar para concessão de benefícios suplementares aos da Previdência Social aos seus empregados e aos das patrocinadoras conveniadas.

Patrocinadoras conveniadas:

- Porto Seguro Vida e Previdência S/A
- Porto Seguro - Seguro Saúde S/A
- Portomed - Porto Seguro Serviços Médicos Ltda
- Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda
- Replace Adm. de Salvados S/C Ltda
- Porto Seguro Adm. de Cartões de Crédito
- Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
- Portoseg S/A Crédito, Financiamento e Investimento
- Crediporto Promotora de Serviços Ltda
- Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar
- Porto Seguro Adm de Consórcios Ltda
- Porto Seguro Atendimento S/A
- Itaú Seguros de Auto e Residência S/A

O Plano de Benefícios Portoprev está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefício (CNPB) sob o nº 19.930.025-29 e na modalidade de contribuição variável, que é aquela que possui as características da modalidade de contribuição definida na acumulação, ou seja, cujo valor do benefício é determinado em função das contribuições e seus rendimentos, mas que também apresenta a conjugação das características de benefício em regime

atuarial na fase de concessão em uma das modalidades de renda mensal (renda vitalícia).

1.2. Objetivo da política de investimento

Esta Política de Investimento tem por objetivo estabelecer diretrizes gerais para a gestão dos recursos da PORTOPREV – Porto Seguro Previdência Complementar, disciplinando as ações e métodos utilizados nos processos decisórios e operacionais de gestão da carteira de investimentos. Os critérios e definições desta política estão de acordo com a legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009).

1.3. Início da vigência da política de investimento

A data de início da vigência desta política é 03 de janeiro de 2011.

2. Diretrizes da Política de Investimento

A política de investimento deve auxiliar os gestores de recursos na busca de melhores oportunidades de alocação no mercado financeiro, considerando os objetivos determinados pela entidade, bem como a sua política de risco e a aderência à legislação em vigor.

De acordo com os parâmetros de investimentos definidos, a carteira de aplicações financeiras receberá tratamento de investidor institucional, com a orientação da gestão da carteira de investimentos voltada para o longo prazo.

Os gestores de recursos designados pelo Conselho Deliberativo ou agente por ele destacado terão independência na decisão de alocação de recursos, dentro dos limites previamente definidos por esta Política de Investimento, e pela legislação em vigor, com atuação da Diretoria Executiva, em razão de mudanças das condições de mercado a qualquer tempo ou ainda em decisões que impliquem em alteração relevante das posições assumidas.

Estão inseridos neste contexto a parcela de recursos cuja decisão de investimentos, a critério dos gestores

de recursos, estejam sob gestão de terceiros.

Os gestores de recursos serão orientados a buscarem melhores práticas de mercado no que diz respeito a Controles Internos (“Compliance”) e Regulamentação. Em particular, deverão seguir políticas que garantam o cumprimento de normas de conduta, de responsabilidades e segregação de funções, determinadas pelo Banco Central do Brasil e órgãos competentes aos gestores de recursos, com a intenção de assegurar o interesse dos participantes.

Em período previamente acordado, ou sempre que necessário, o Conselho Deliberativo ou Comitê de Investimentos destacado definirá sobre alterações e/ou manutenção da Política de Investimento.

Os resultados alcançados pelo gestor no cumprimento da política de investimento serão apresentados periodicamente ou quando solicitados pela entidade.

2.1. Gestão e administração

Para o exercício de 2011, a Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar contrata para a prestação de serviço de Gestão e Administração da totalidade de seus ativos a Porto Seguro Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que comprovou atender aos requisitos estabelecidos no item 3.9.

2.2. Custódia e controladoria

O processo de seleção da prestação de serviços de custódia e controladoria fica a critério da gestora, sendo que a entidade atuará sempre na condição de interveniente anuente.

Para o exercício de 2011, a prestação de serviços relacionada à custódia e controladoria será realizada pelo Banco Itaú S.A

2.3. Administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ)

A Portoprev tem o Sr. Jefferson Soares Veiga, Diretor Financeiro e de Investimentos, como res-

ponsável pela gestão dos recursos do Plano por ela administrado, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores.

3. Estratégia de Investimentos

Os investimentos da PORTOPREV deverão seguir os seguintes princípios estratégicos:

3.1. Objetivos de rentabilidade

3.1.1. Meta atuarial do plano de benefícios

A meta atuarial adotada para o plano de benefícios é INPC + 5% ao ano. É importante ressaltar que essa meta não se configura em uma obrigação, dada a característica de contribuição variável do plano mantido pela Portoprev.

3.1.2. Benchmark

Os índices de referências apresentados na tabela abaixo foram definidos tendo em vista o conjunto de investimentos em cada segmento de aplicação. Vale ressaltar que a entidade pode, a seu critério, estabelecer benchmarks específicos para carteiras e fundos de investimento, a fim de atingir o objetivo de rentabilidade previsto.

SEGMENTO DE ALOCAÇÃO BENCHMARK

Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa

3.2. Composição das carteiras e/ou fundos

As carteiras e/ou fundos são compostas por ativos de renda fixa e renda variável, dentro dos limites definidos pelo Conselho Deliberativo da PORTOPREV com base na legislação vigente. A Gestora e o Administrador de Recursos por ela contratado têm como responsabilidade precípua verificar constantemente o enquadramento da carteira da entidade com as determinações desta Política de Investimento.

3.2.1. Formação de preço

No processo de investimentos, o critério adotado para precificação de ativos de renda fixa é a marcação a mercado de títulos públicos e privados, com registro em câmara de liquidação e custódia. Os ativos de renda variável serão negociados por meio de Bolsas de Valores, de acordo com os preços praticados no mercado à vista. A obtenção do preço de mercado deve ser feita de forma clara, transparente, confiável e independente, podendo tomar como referência as fontes: BM&FBovespa, Anbima, Reuters e Bloomberg.

3.2.2. Operações com derivativos

Operações com derivativos são permitidas desde que sejam observados os limites estabelecidos pela legislação. A gestora poderá a seu critério, utilizar derivativos para sintetizar operações no mercado à vista limitado a 100% do patrimônio das carteiras/fundos da entidade.

3.2.3. Limites operacionais por emissor e/ou ativos

Os limites operacionais por emissor e/ou tipo de ativo terão seus percentuais máximos e mínimos definidos conforme os parâmetros determinados pela Resolução CMN no 3.792 (vide anexo I).

3.2.4. Alocação por segmento

Os segmentos aplicáveis e vedados, os limites de alocação e seus respectivos critérios de diversificação estão informados no Anexo I que acompanha esta Política de Investimento.

3.2.5. Padrão de cálculo de DNP

A metodologia de apuração da divergência não planejada considera a apuração de cotas como indicador de performance em relação à meta atuarial apresentada no item 3.1.1. Para efeito de enquadramento, são consideradas ainda janelas de tempo definidas pela legislação. O monitoramento desses enquadramentos é de responsabilidade da Gestora, com o acompanhamento da Diretoria Executiva.

3.2.6 Gestão da carteira de aplicação e administração de risco

A gestão da carteira de aplicações de reservas matemáticas dos participantes e de assistidos deverá observar os objetivos de rentabilidade estabelecidos para os diferentes segmentos de aplicação e os respectivos limites de risco, o horizonte de tempo e a legislação aplicável.

A decisão de investimentos deverá considerar além do exposto, a alocação de recursos e seleção de ativos com fundamento em cenários econômicos prospectivos e assimetria positiva de exposição a risco. Não serão permitidas operações cujas características estejam relacionadas ao uso concentrado dos mandatos de risco, conhecidos ou não e independentemente da probabilidade de ocorrência, visando à obtenção de ganhos de curto prazo.

Os riscos relacionados aos ativos pertencentes à carteira de investimentos serão monitorados pela Gestora e periodicamente acompanhados pela Diretoria Executiva.

3.3. Risco de mercado

O processo de gerenciamento de riscos de mercado utiliza o VaR (Value-at-Risk) e o Stress Test. O VaR é definido como a pior perda esperada em um período determinado para um nível de confiança estabelecido, 95% de confiança, sendo o primeiro deles a elaboração e o reexame constante dos cenários macroeconômicos e de mercado (para diversas janelas de tempo) e o segundo a análise de potenciais perdas financeiras mediante critérios de avaliação das operações que levam em consideração cenários alternativos de "stress test" vis-à-vis a política de risco adotada com monitoramento constante das operações realizadas. A utilização de todo e qualquer instrumento financeiro derivativo é subordinada a esse processo de controle de risco, com acompanhamento periódico após a definição de alocação.

3.4. Risco de crédito

Operações com risco de crédito são permitidas desde que fundamentadas nas classificações dos ratings das agências de risco citadas na tabela abaixo ou equivalentes.

Agência de risco	Classificação de risco com grau de investimentos em moeda local
Moody's	Aaa, Aa1, Aa2, Aa3, A1,
Investor	A2, A3, Baa1, Baa2, Baa3
Standard & Poor's	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BBB-
Fitch Ratings	F1(bra), F2(bra), AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BBB-
Sr Ratings	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-, brBBB+, brBBB, brBBB-
Austin	AAA, AA, A, BBB,
Asis	A-1, A-2, A-3

Operações com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) serão permitidas até o limite estabelecido pela legislação.

3.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez define a capacidade de negociação de determinado ativo em condições normais de mercado sem interferência relevante nos níveis de preços praticados e em tempo adequado, as estratégias de investimentos ou ainda, em casos extremos, em momentos de aumento significativo da volatilidade dos mercados.

A decisão de alocação de ativos na carteira de investimentos deverá observar o critério de marcação a mercado, com apuração de cotas diária de resultados como princípio de gestão. Neste cômputo, a aquisição de ativos para as carteiras de investimentos são condicionadas a formação de preço de mercado e volume negociado em determinadas janelas de tempo. Na ausência de alguma dessas características individuais ou no conjunto será considerado fator limitador para alocação de recursos da entidade.

Na existência de ativos de baixa liquidez comparativamente aos demais ativos da carteira, a Gestora deverá observar a necessidade de diversificação, com definição de percentual máximo em relação ao patrimônio da entidade e inferior em relação aos demais ativos da carteira. O monitoramento de liquidez dos ativos deverá atender as determinações desta Política de Investimento e será de responsabilidade da gestora, com acompanhamento periódico da Diretoria Executiva.

3.6. Risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. A Portoprev realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, procurando identificar os riscos e a efetividade dos controles praticados, e quando necessário implanta planos de ação para aperfeiçoamento destes controles.

3.7. Risco legal

É o risco associado à inobservância de dispositivos legais ou regulamentares, à mudança da legislação ou, ainda, ao descumprimento dos contratos.

Como forma de gerenciar o risco legal, a Portoprev mantém atualizados os contratos com os prestadores de serviço que participam do processo de investimentos. E para isso conta com a assessoria da área jurídica. Além disso, a entidade acompanha continuamente a publicação de normas com o propósito de avaliar os impactos operacionais e a necessidade de elaboração de normativos internos ajustados ao ambiente regulatório externo.

3.8. Risco sistêmico

A negociação e os valores dos ativos da carteira podem ser afetados por condições econômicas nacionais, internacionais e por fatores exógenos diversos, tais como interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, moratórias, alterações da política monetária. Contudo, apesar de não ser uma garantia que possa ser considerada total e infalível, os bancos centrais dos diversos países podem atuar juntos ou separadamente para conter uma ameaça de risco sistêmico. Esse procedimento é relativamente novo e possibilita certo equilíbrio nas relações comerciais, contudo não elimina os riscos que são inerentes a qualquer campo da atividade humana.

3.9. Contratação de pessoas jurídicas na área de investimentos

Os gestores administradores, consultores e prestadores de serviços de investimento externos são selecionados pela Diretoria Executiva, mediante assessoramento do Diretor Financeiro (AETQ). Além disso, são submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e desempenham atividades determinadas por ele.

3.9.1. Processo de seleção de gestores

O processo de seleção de gestores externos de investimento é executado pela Diretoria Executiva e submetido à aprovação do Conselho Deliberativo.

O processo de escolha dos gestores externos deverá ser estruturado em etapas qualitativas e quantitativas. A seguir breve descrição do processo.

3.9.1.1. Pré-qualificação

- Pré-Qualificação dos fundos analisados (PL mínimo, total sob gestão, histórico mínimo de cotas 36 meses);
- Experiência da gestora em relação à gestão de recursos de EFPCs; (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) mais de dois anos;
- Quantidade de clientes institucionais em qualquer veículo (fundos, carteiras administradas, etc).
- Registro no órgão regulador competente com autorização de prestação de serviços de gestão de investimentos expedida pelo mesmo.

3.9.1.2. Análise quantitativa

- Será analisado o histórico de cotas dos fundos e indicadores a serem determinados;
- Definição de agrupamento de fundo por nível de risco;
- Competitividade de taxas de serviços e de resultados.

3.9.1.3. Análise qualitativa

- Os gestores de fundo considerados aceitáveis nas etapas quantitativas serão submetidos à fase de análise qualitativa que incide no envio de um questionário (Modelo Anbima) que permita a avaliação de aspectos decisivos na condução dos veículos de investimentos;
- Também serão consideradas as informações obtidas através de outros fundos de gestão

4. Fluxo de Informações

A PORTOPREV - Porto Seguro Previdência Complementar deve garantir um fluxo de informações transparentes com os órgãos reguladores / fiscalizadores, participantes e assistidos, permitindo assim a correta avaliação da performance da carteira de investimentos, avaliação de propostas de investimento em ativos, bem como controle dos limites operacionais e de risco.

5. Divulgação das Informações da Política de Investimento

As informações referentes à política de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela entidade deverão ser encaminhadas à PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e disponibilizadas a participantes e assistidos no prazo de 30 (trinta) dias após a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo (Resolução CGPC nº 22, artigos 3º e 5º e Instrução MPS/PREVIC nº 02, artigo 9º). O Conselho Fiscal deverá receber, a cada 6 (seis) meses, as informações necessárias ao acompanhamento da execução da Política de Investimento implementada.

Demais informações legais, exigidas pelos órgãos reguladores, devem ser disponibilizadas com a periodicidade e qualidade aderentes à solicitação efetuada.

6. Processo de Avaliação de Desempenho

A avaliação do desempenho financeiro dos investimentos será monitorada pelos administradores da Entidade com periodicidade trimestral, podendo ocorrer avaliações extraordinárias, a qualquer momento, a partir da análise das rentabilidades diária do resultado dos investimentos.

Essa avaliação deve contemplar a rentabilidade, o risco e o resultado ajustado ao risco em janelas de tempo específicas. A performance em relação à meta atuarial, aqui definida como indicador de correção do item 3.1.1 desta Política, corresponde à razão simples entre o desempenho da carteira de aplicações financeiras da Entidade e este indicador. Também, deve ser efetuada a mesma comparação para os benchmarks específicos dos segmentos de renda fixa e renda variável.

7. Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Observados os limites de concentração e diversificação estabelecidos pela legislação e emanados do Conselho Deliberativo, a Portoprev envidará seus melhores esforços para que, dentro do possível, seus investimentos sejam direcionados a empresas comprometidas com os princípios de responsabilidade socioambiental.

ANEXO I

LIMITES DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR SEGMENTO E VEDAÇÕES

Os limites, bem como as restrições adicionais definidas nesta Política de Investimento, estão enquadrados na legislação vigente:

Ativos/Segmento	Limite Política de Investimentos	Limite Res. 3.792
RF - Renda fixa	100%	100%
TPF - Títulos públicos federais	100%	100%
RF exceto TPF	80%	80%
CCB, CCCB e notas promissórias	20%	20%
NCE e CCE	20%	20%
FIDC e FICFIDC	20%	20%
CRI	20%	20%
CCI	20%	20%
CPR, CDCA, CRA e WA***	20%	20%
Conjunto dos demais títulos emitidos por Cia. aberta, exceto debêntures ou de SPE	20%	20%
Renda Variável	30%	70%
Ações Novo Mercado	30%	70%
Ações Nível 2	30%	60%
Ações Bovespa Mais	30%	50%
Ações Nível 1	30%	45%
Outras ações e F. de Índice	30%	35%
Valores mobiliários emitidos por SPE	20%	20%
Demais investimentos em RV	3%	3%
Investimentos estruturados	20%	20%
FII	10%	10%
FIM e FIC-FIM	10%	10%
Investimentos exterior	0%	10%
Imóveis	0%	8%
Operações com Participantes	0%	15%



DIVERSIFICAÇÃO DE RISCO

Limites de alocação por tipo de emissor:	Até
Tesouro Nacional	100%
IF autorizada pelo BC e depósitos de poupança	20%
Tesouro Estadual ou Municipal; Cia. Aberta registrada na CVM; organismo multilateral; Cia. Securitizadora Patrocinador do Plano; FIDC; FICFIDC; Fundo de Índice em ações; SPE; FII, FIM; FICFIM	10%
Outros	5%
Limites de concentração no mesmo emissor:	
Cia. Aberta; SPE; IF; FI; FICFI; Fundo de Índice; FII*; FIM; FI em ativos no exterior; Patrimônio separado das emissões de recebíveis	25%
Limites de concentração por Investimento:	
Mesma série de títulos ou V. Mob.; classe ou cotas de FIDC; mesmo empreendimento imobiliário	20%
Derivativos - Depósito de margem **	15% da posição em TPF, Tít. de IF ou ações do Ibovespa
Derivativos - Valor total dos prêmios **	5% da posição em TPF, Tít. de IF ou ações do Ibovespa
FI e FICFI	10%

*não se aplica no caso de FII com imóveis concluídos na carteira

** não considerados títulos utilizados como lastro de operações

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho Deliberativo

Manoel Sabino Neto

Presidente

Celso Damadi

Conselheiro

Fabio Ohara Morita

Conselheiro

José Álvaro Pirovani

Conselheiro

Mário Urbinati

Conselheiro · Representante de Assistidos

Diretoria Executiva

Sônia Ap. Belezi Rica

Diretora Superintendente

Cláudia de Oliveira Machado Mattedi

Diretora de Seguridade

Jefferson Soares Veiga

Diretor Financeiro

Conselho Fiscal

Lene Araújo de Lima

Presidente

Simone Morelato

Conselheira

Wanderlei Badona dos Santos

Conselheiro · Representante de Participantes

